



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

LARISSA SILVA DO NASCIMENTO

A GESTÃO FINANCEIRA DO VATICANO SOB A ÓTICA DOS SEUS
DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

FORTALEZA
2021

LARISSA SILVA DO NASCIMENTO

A GESTÃO FINANCEIRA DO VATICANO SOB A ÓTICA DOS SEUS
DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

Monografia apresentada ao Curso de Administração do Departamento de Administração da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Isidro Pereira

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

N1g NASCIMENTO, LARISSA.
 A GESTÃO FINANCEIRA DO VATICANO SOB A ÓTICA DOS SEUS
 DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS : Estudo de caso / LARISSA NASCIMENTO. – 2021.
 56 f. : il.

 Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, 3,
Fortaleza, 2021.

 Orientação: Prof. Dr. Francisco Isidro Pereira.

 1. Finanças. I. Título.

CDD

LARISSA SILVA DO NASCIMENTO

A GESTÃO FINANCEIRA DO VATICANO SOB A ÓTICA DOS SEUS
DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

Monografia apresentada ao Curso de Administração do Departamento de Administração da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Isidro Pereira (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. MSc Ana Cristina Pordeus
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Márcio Fernandes
Instituto Federal Goiano (IFG)

À minha mãe, irmã, familiares e a todos
que, direta ou indiretamente, contribuíram
para a minha formação acadêmica e
humana construída ao longo desses anos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, por preceder-se em todos os sonhos e planos e ser minha força e refúgio em todos os momentos da minha vida.

À minha família, em especial minha mãe e minha irmã, por me apoiarem em todas as minhas decisões e lutarem junto comigo em todas as batalhas. Ao meu namorado, Paulo Victor, por ser presente em cada momento e por todo o apoio prestado e à minha tia Socorro (*in memorian*), que foi uma das primeiras pessoas a sonhar este sonho e foi/é um dos meus maiores exemplos de profissional e pessoa.

A todos os meus amigos que fizeram parte desta jornada. Um agradecimento especial aos meus colegas de graduação – Andreia Araujo, Felipe Abreu, Letícia Feitosa e Lucas Rocha – que tornaram o processo de aprendizado mais divertido e por todo conhecimento (da Faculdade e da vida) compartilhado.

Aos meus professores da FEAAC, que tanto me ensinaram sobre Administração e sobre a vida além dos livros.

Por fim, mas não menos importante, um agradecimento especial ao professor Isidro Pereira, que tão prestativamente aceitou ser meu orientador neste trabalho e que dedicou tanto empenho no mesmo, assim como no decorrer das orientações. Sua dedicação foi crucial na concretização desta jornada.

“Se vi mais longe, foi por estar sobre ombros de gigantes”.

Isaac Newton.

RESUMO

O Instituto per le Opere di Religione (IOR) – Banco do Vaticano – é uma instituição financeira que possui respaldo mundial, entretanto, por ter uma história marcada por escândalos e obscuridade a respeito de suas finanças, ele ainda é alvo de muitos questionamentos. O presente trabalho, que tem por problema de pesquisa identificar como o referido Banco realiza a sua gestão financeira, baseou-se nos demonstrativos financeiros compreendidos no período dos anos de 2012 a 2019, disponibilizados em seu site oficial. A partir da análise, principalmente, dos índices de Estrutura de Capital, Endividamento e Liquidez, além das notas explicativas, viabilizou-se a análise dos eixos econômico e financeiro do Banco. Por conseguinte, evidenciou-se que o Banco tem demonstrado, em linhas gerais, uma melhora na sua saúde financeira, fato que serve de resposta às melhorias realizadas no âmbito da gestão e governança geral do Banco.

Palavras-chave: Banco do Vaticano. Análise financeira. Demonstrativos financeiros. Gestão Financeira.

ABSTRACT

The Istituto per le Opere di Religione (IOR) - Bank of the Vatican - is a financial institution that has worldwide support, however, for having a history marked by scandals and obscurity regarding its finances, it is still the target of many questions. The present work, whose research problem is to identify how the referred Bank carries out its financial management, was based on the financial statements comprised in the period from the years 2012 to 2019, available on its official website. From the analysis, mainly, of the Capital Structure, Indebtedness and Liquidity indices, in addition to the explanatory notes, the analysis of the Bank's economic and financial axes was made feasible. Consequently, it became evident that the Bank has shown, in general terms, an improvement in its financial health, a fact that serves as a response to the improvements made in the scope of the Bank's general management and governance.

Keywords: Vatican Bank. Financial analysis. Financial statements. Financial management.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – As finanças do Vaticano a partir de 2019	20
Figura 2 – O fluxo de recursos em uma instituição bancária	22
Figura 3 – Estrutura simplificada do DRE de um banco comercial.....	23
Figura 4 – O modelo de gestão financeira do IOR	39

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Índices de Estrutura de Capital.....	10
Quadro 2 – Índices de Liquidez.....	11
Quadro 3 – Índices de Rentabilidade.....	12
Quadro 4 – Principais funções dos órgãos do Vaticano	16
Quadro 5 – Marcos na história do Banco do Vaticano	17

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índices de Estrutura de Capital do IOR de 2012 a 2014	33
Tabela 2 - Índices de Estrutura de Capital do IOR de 2015 a 2017	33
Tabela 3 - Índices de Estrutura de Capital do IOR em 2018 e 2019	34
Tabela 4 - Índices de Liquidez do IOR de 2012 a 2014	35
Tabela 5 - Índices de Liquidez do IOR de 2015 a 2017	35
Tabela 6 - Índices de Liquidez do IOR em 2018 e 2019	35
Tabela 7 - Índices de Rentabilidade do IOR de 2012 a 2014	36
Tabela 8 - Índices de Rentabilidade do IOR de 2015 a 2017	36
Tabela 9 - Índices de Rentabilidade do IOR em 2018 e 2019	37

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS.....	4
2.1 Gestão Financeira	4
2.1.1 Ferramentas para uma análise financeira	5
2.2 Análise dos índices econômicos e financeiros	8
2.2.1 Índices de Estrutura de Capital.....	9
2.2.2 Índices de Liquidez	10
2.2.3 Índices de Estrutura de Rentabilidade	11
2.3 Tomada de decisão a partir da análise das demonstrações contábeis.....	12
3 O BANCO DO VATICANO	13
3.1 Criação do Banco do Vaticano.....	13
3.2 Escândalos envolvendo o Banco do Vaticano	16
3.3 A reestruturação do Banco do Vaticano	18
4 MÉTODO DE PESQUISA	25
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS	27
5.1 Índices de estrutura de capital do Banco do Vaticano	35
5.2 Índices de liquidez do banco do Vaticano	37
5.3 Índices de rentabilidade do banco do Vaticano.....	38
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS.....	42

1 INTRODUÇÃO

Com o desenvolvimento dos demonstrativos apresentados pelas empresas, no final do século XIX, esses passaram a ser cada vez mais presentes como instrumentos para a análise dos aspectos financeiros de uma empresa, assim como o seu desenvolvimento.

No Brasil, essa percepção foi um pouco mais tardia, dando início no ano de 1968, quando foi criada a SERASA (Centralização de Serviços dos Bancos), na qual tinha por função primordial, na época, ser uma central de análise de balanços de bancos. Devido a isso, o país ainda sofre consequências desse atraso, diferente dos Estados Unidos, por exemplo, onde a análise dos demonstrativos financeiros passou a ser obrigatória por parte das empresas no ano de 1915. Contudo, as empresas nacionais já estão - muitas delas, há algum tempo - reconhecendo a importância dessa análise nas tomadas de decisões visando o crescimento e o desenvolvimento da organização, seja ela de pequeno, médio ou grande porte (SANTOS, 2016).

Com a deliberação da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) 488, de 03/10/2005 e IBRACON NPC nº 27, ficou claro que: 1. O objetivo primordial das demonstrações contábeis é disponibilizar informações sobre o balanço patrimonial e a situação financeira de uma empresa, além do fluxo financeiro, servindo como parâmetro para uma tomada de decisão; e 2. As demonstrações contábeis devem mostrar o resultado da administração do que está sendo confiado à empresa.

A análise das demonstrações financeiras é uma ferramenta primordial para estudos aprofundados a respeito da administração financeira de uma empresa, pois será através dela que essa obterá uma série de dados de suas atividades, de acordo com as regras contábeis. Ademais, por meio dessa análise, os dados são transformados em informações essenciais para a relação entre administração financeira e contabilidade, levando em consideração a qualidade e a confiabilidade dessas (SANTOS, 2016).

A administração financeira engloba diversas atividades em seu âmbito, tais como planejamento, análises financeiras, gestão de caixa, diferentes operações de tesouraria, planejamento fiscal, entre outras, as quais requerem tomadas de decisões constantes. Diante disso, faz-se necessário o conhecimento das diferenças e importância de cada forma de análise por parte do administrador da empresa e qual é

a mais adequada para a realidade do contexto e do porte a qual essa está inserida (SANTOS, 2016).

Nessa perspectiva, deve ser levada em consideração, também, a transparências das empresas para com os seus clientes, através da disponibilização, por exemplo, de seus demonstrativos financeiros, como uma forma de prestação de contas (FARIA; REGO, 2014).

Dentro desse contexto, o Istituto per le Opere di Religione (IOR), ou Banco do Vaticano, vem dando seus primeiros passos. Em 2013, ele apresentou, em seu site oficial, seu primeiro relatório anual, contendo seus demonstrativos financeiros referentes às suas operações do ano de 2012 na Cidade do Vaticano e no mundo. Foi a primeira vez que a Igreja Católica tornou suas finanças e seus modos de gerir o fluxo monetário público, depois de uma série de escândalos com lavagem de dinheiro e corrupção por parte dos membros do IOR (CORRÊA, 2015).

Por ser uma entidade na qual suas atividades têm respaldo internacional, o Banco do Vaticano está submetido às normas e regulamentações internacionais. Ao começar a tornar transparente sua gestão, fazendo luz, de uma forma geral, à Igreja Católica, demonstrou a sua intenção de combater escândalos como lavagem de dinheiro, relações com o terrorismo e corrupção as quais ele estava sendo acusado, que iam de encontro com sua missão, que é o fomento de obras de caridade no mundo inteiro (IOR, 2019).

A instituição bancária perfila forte relevância no mundo. A maioria dos seus clientes atua em missões ou realiza obras de caridade em instituições, desde escolas a abrigos a refugiados, em países subdesenvolvidos e/ou que estejam enfrentando situações de instabilidade política. Para os clientes localizados nesses lugares, o IOR se tornou referência sólida, sendo considerada uma instituição confiável capaz de fornecer serviços de acordo com a necessidade da população (CORRÊA, 2015).

Devido, principalmente, a falta de transparência a respeito do seu funcionamento durante muitos anos, a sua forma de gestão ainda é pouco conhecida ou, para muitos, até duvidosa, fato que gera, ainda, muitos questionamentos a respeito da importância da sua existência e da sua relevância para o mundo.

Recentemente, o Papa Francisco aprovou os novos estatutos do banco do Vaticano, e internalizou o personagem do auditor externo de contas, em consonância às normas internacionais. Os especialistas classificaram tal atitude como uma quebra de ruptura no contexto da organização a despeito de sua

essência permanecer, qual seja: “prover a custódia e administração de bens móveis e imóveis transferidos ou confiados ao instituto por pessoas físicas ou jurídicas e destinados a obras religiosas ou de caridade” (IOR,2019). O revisor externo se insere no contexto com o intuito de checar os demonstrativos financeiros nos conformes dos padrões internacionais.

Esses elementos recém-discutidos impõem uma questão: Qual modelo de gestão financeira se esboçaria ao Banco do Vaticano tendo como base as suas demonstrações financeiras? Configurando como objetivo geral, esboçar o modelo de gestão financeira com base nos demonstrativos contábeis. Dentre os objetivos específicos salientaram:

- a) Identificar os índices econômico-financeiros;
- b) Tracejar os impactos econômico-financeiros;
- c) Delinear um esboço do modelo de gestão financeira.

As justificativas para implementação do estudo foram calcadas em Corrêa (2015) ao pontuar da quase inexistência de análise da administração financeira do IOR, o que acaba contribuindo com o não conhecimento da existência da instituição, ou até mesmo corroborando com a ideia antiga de possuir uma gestão não alinhada com os seus ideais. Além disso, estudos a respeito das finanças do próprio IOR são precárias, o que vai de encontro com a realidade internacional que o banco possui, abrangendo clientes do mundo inteiro, tanto clérigos, embaixadas e diplomatas credenciais à Santa Sé, pessoas jurídicas, entre outras, até organizações missionárias internacionais, onde pessoas carentes e vulneráveis usufruem, direta ou indiretamente, dos serviços do banco.

A delimitação do estudo restringir-se-á à instituição financeira do Vaticano no seu aspecto gerencial de desempenho econômico-financeiro, para então esboçar um modelo de gestão financeira com base nos artefatos documentais e os resultados analíticos procedidos nos demonstrativos divulgados.

A origem do estudo surgiu por ocasião de uma atividade requerida no desfecho da disciplina de Finanças Corporativas 2 e se deparou com a realidade organizacional das igrejas no mundo, particularmente com o ecossistema institucional da igreja católica.

Juntamente com esta introdução, o texto se encontra estruturado em 5 seções.

2 ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

De acordo com Santos (2016), o uso dos demonstrativos financeiros para análise financeira de uma empresa serve como base sólida e elenca informações importantes para a sobrevivência dessa em um mercado cada vez mais competitivo.

2.1 Gestão Financeira

Sob o ponto de vista de Moraes (2010), a administração financeira, ou gestão financeira, é considerada um instrumento pelo qual se torna possível controlar, de forma mais eficaz, à concessão de créditos para os clientes, no caso de um banco, planejamento e verificação dos investimentos que estão sendo realizados, além da captação de recursos para o financiamento das atividades operacionais da empresa, conciliando seu crescimento com o que é despendido em gastos, além de analisar a viabilidade de melhores meios para a condução financeira de uma organização.

De acordo com Santos (2016), uma das ferramentas pelas quais a gestão financeira se utiliza é a análise de demonstrativos financeiros. Essa surgiu e começou o seu desenvolvimento dentro do sistema bancário norte-americano, no século XIX, através do sistema de empréstimos. A partir disso, os demonstrativos passaram a ser utilizados como meios de análise financeira para uma organização, principalmente no que diz respeito ao seu desenvolvimento.

Barbosa (2010) afirma que a realização de uma análise financeira de demonstrativos é essencial em um contexto gerencial, haja vista que ela é uma ferramenta primordial para a tomada de decisão do administrador. A análise de demonstrativos também possibilita a elaboração mais eficaz de um planejamento financeiro da empresa, concedendo a essa parâmetros sobre quais áreas ainda precisam de melhorias, além da viabilidade de crescimento e desenvolvimento econômico da entidade. Contudo, não basta apenas ter as informações, deve-se, além disso, analisar a sua qualidade e quais decisões gerenciais serão viabilizadas a partir delas.

De acordo com Diniz (2015), a análise das demonstrações financeiras de uma empresa é um dos estudos primordiais para uma gestão financeira, principalmente para os administradores internos da organização e de possíveis usuários externos. Para aqueles, essa análise viabiliza uma avaliação a respeito do

funcionamento da empresa, bem como o seu desempenho, além de possibilitar a identificação das consequências das demandas de decisões já realizadas. Sob o ponto de vista dos usuários externos, esse estudo pode ser viabilizado de acordo com o seu objetivo particular, que pode variar desde o simples conhecimento a respeito da saúde financeira da empresa em questão até os riscos inerentes nos investimentos realizados nela, de acordo com a sua natureza.

Oliveira e Moraes (2011) abordam a importância da conexão entre a gestão financeira e a estratégica de uma organização, pois, muitas vezes, essa possui um departamento financeiro bem estruturado, porém, com as informações por ele geradas não conseguem ser traduzidas em ações estratégicas para a empresa. Outro problema também recorrente é o não conhecimento claro da importância da gestão financeira para o bom desenvolvimento de uma organização.

2.1.1 Ferramentas para uma análise financeira

Para a realização de uma análise financeira, faz-se necessário a obtenção de informações decorrentes de três demonstrações; são elas: Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Resultado do Exercício (DRE) e Demonstrativo de Fluxo de Caixa.

Na realização da análise de demonstrações financeiras costuma-se segregar em dois eixos: econômico e financeiro. Para a realização da análise financeira, faz-se necessário a apresentação dos índices de Estrutura de Capital, ou Endividamento e de liquidez; já no que diz respeito à situação econômica, analisa-se os índices de Rentabilidade (CORRÊA, 2015).

De acordo com a Resolução nº 1.121/08 do CFC (Conselho Federal de Contabilidade), o Balanço Patrimonial diz respeito a uma demonstração contábil que possui como objetivo evidenciar, tanto na perspectiva qualitativa como quantitativa, em um situado exercício financeiro, a posição patrimonial e financeira de uma organização.

Sob o ponto de vista de Diniz (2015), o Balanço Patrimonial de uma empresa diz respeito aos resultados das atividades de investimento e financiamento realizados por ela em um exercício financeiro, fato que possibilita a obtenção da posição financeira dela.

Para Jaffe *et al.* (2015), o balanço patrimonial é a representação do valor contábil da empresa em uma determinada data, abordando-a como se ela estivesse, por um momento, congelada.

O Balanço Patrimonial traz em sua estrutura uma apresentação de todos os bens, direitos e obrigações que a empresa tem, sendo divididos em Ativo (bens e direitos), Passivo (obrigações) e Patrimônio Líquido (recursos próprios da entidade), formando a identidade contábil básica da organização (DINIZ, 2015)

O CFC expõe que, na parte do Ativo do Balanço, elencam-se todas as aplicações de recursos efetuadas pela empresa, os quais podem ser distribuídos em Circulantes e Não Circulantes. Além disso, o Ativo é um recurso controlado pela entidade em questão, resultado de eventos passados e nos quais se espera futuros benefícios na ordem econômica. No Ativo Circulante, os recursos apresentam uma alta rotatividade, no curto prazo do exercício social da empresa. No que diz respeito ao Não Circulante, observa-se a apresentação dos bens e direitos que existentes após o término do exercício subsequente ao da data do balanço.

No que tange o Passivo, o CFC o elenca como uma obrigação presente da empresa, que foi derivada de eventos do passado e que cuja liquidação se realizará com a saída de recursos da entidade com a expectativa de geração de benefícios econômicos. No, Passivo Circulante, encontram-se as obrigações cujos prazos para liquidação se situam no curso do exercício subsequente ao do balanço; já no que diz respeito ao Não Circulante, as obrigações neles contidas possuem prazos após o término do exercício subsequente ao da data do balanço patrimonial.

Ademais, ainda de acordo com o CFC, o Patrimônio Líquido é identificado através do valor residual resultante do ativo da entidade deduzido de todos os seus passivos. Nele estão contidas as seguintes contas: Capital, Reservas de Capital e de Lucro, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Ações em Tesouraria e Prejuízos Acumulados.

Bertoletti (2015) expõe que o DRE é um demonstrativo que apresenta as receitas e as despesas da empresa. Pode ser considerada uma ferramenta simples da Contabilidade, mas que é fundamental para a realização de uma boa gestão financeira e disponibiliza informações essenciais para avaliação da situação de lucro ou prejuízo de uma empresa.

Além disso, de acordo com Bertoletti (2015), é importante estar atento aos controles financeiros para que uma empresa mantenha seus resultados satisfatórios e, também, tenha fundamentos para a tomada de decisões diárias.

De acordo com Oldoni (2014), será através do DRE que serão discriminadas: receita bruta das vendas ou dos serviços prestados; receita líquida; CMV ou CPV; lucro bruto das operações; despesas (aqui, abrangendo as realizadas com vendas, financeiras, gerais, operacionais e administrativas); lucro ou prejuízo operacional; resultado do exercício; participações de debêntures, empregados, administradores, partes beneficiárias e contribuições para fundos de assistência de empregados e, por fim, lucro ou prejuízo do exercício.

A DRE observa, para sua composição, o princípio da competência, que permitirá a formação dos resultados em níveis, de acordo com o confronto das receitas com os custos e despesas ocorridos naquele exercício (OLDONI, 2014).

Bertoletti (2015) afirma que o fluxo de caixa é uma síntese das movimentações financeiras realizadas por uma organização em um determinado período, assim como a análise de suas receitas e despesas. Um dos conhecimentos essenciais de um gestor financeiro é a respeito das funções de crédito e débito, assim como a concessão desses e a interferência no fluxo de caixa da empresa, de acordo com o período em questão. Para Fonseca (2012), o fluxo de caixa é um instrumento de fundamental importância para a gestão de uma empresa, tendo em vista que ele viabiliza a obtenção imediata das informações financeiras.

No que diz respeito ao fluxo de caixa, Bertoletti (2015) expõe que é de suma importância a efetuação de recebimentos e pagamentos, assim como o controle das variações de saldos de caixa, impostos, despesas operacionais, entre outras, sendo essas de longo ou de curto prazo.

De acordo com Antunes (2014), o ciclo do fluxo de caixa pode ser observado no período correspondente entre os recursos que uma empresa utilizou para a realização do pagamento de bens ou matérias-primas até o posterior recebimento do produto vendido ou serviço prestado. Ainda de acordo com a autora, os lucros e os fluxos de caixa, embora sejam relacionados, seus resultados expõem conceitos diferentes: enquanto este é obtido com o confronto entre o líquido de entradas e saídas de caixa, em um determinado período, aquele é o resultado líquido obtido a partir de entradas e saídas de caixa, tendo em vista os ciclos operacionais completos.

Fonseca (2014) destaca que através do auxílio da utilização do fluxo de caixa, o planejamento financeiro que uma empresa faz ou pretende fazer será baseado em dados e informações mais próximas do real, o que aumenta o seu grau de viabilidade. Em contraponto, a falta de administração de caixa pode trazer problemas de liquidez, o que faz com que a situação financeira da empresa não seja boa. Ademais, no fluxo de caixa estão contidos os orçamentos realizados pela empresa, incluindo o de longo prazo. Contudo, o fluxo de caixa possui algumas limitações, dentre elas, destaca-se a inviabilidade de informações a respeito dos custos dos produtos vendidos e do seu lucro em particular. Isso acontece, principalmente, devido ao fato de que as demonstrações são regidas pelo regime de competência e não pelo regime de caixa, como é o caso do fluxo de caixa.

Fonseca (2014) aborda, ainda, o conceito de fluxo de caixa projetado, que diz respeito ao comportamento do fluxo de caixa da empresa em um horizonte de tempo que a empresa determinar, podendo ser em longo ou curto prazo. Através dessa projeção, o gestor, depois de uma análise das informações, poderá modificar ou implantar uma nova política financeira para a empresa. Um exemplo de informação que pode ser obtido através do fluxo de caixa projetado é o período de maior escassez de recurso, assim como o de excesso.

Antunes (2014) sintetiza os objetivos do fluxo de caixa, sendo eles: verificar se a empresa está funcionando com folga financeira; verificar se os recursos financeiros disponíveis são suficientes para o bom funcionamento do negócio; avaliar a capacidade de futuros pagamentos; planejar suas políticas de pagamentos e recebimentos; analisar se os recebimentos adquiridos são suficientes para cobrir os gastos; identificar quais os períodos favoráveis para a realização de promoções dos produtos e, por fim, avaliar o momento ideal para a reposição dos estoques.

2.2 Análise dos índices econômicos e financeiros

A partir dos dados obtidos por meio dos Demonstrativos Financeiros disponibilizados pela empresa, viabiliza-se a análise desses, obtendo, conseqüentemente, o diagnóstico da saúde financeira da organização, por meio do qual as tomadas de decisões futuras serão realizadas (CORRÊA, 2015).

Corrêa (2015) ainda afirma que, de acordo com as Normas e Padrões Internacionais de Contabilidade (IFRS), as demonstrações financeiras devem englobar os seguintes documentos:

- 1) Relatório da diretoria: aborda aspectos do desempenho da empresa no período, assim como suas perspectivas futuras;
- 2) Demonstrações financeiras: devem conter o Balanço Patrimonial, DRE, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) e Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC);
- 3) Notas explicativas: traz informações complementares ou esclarecimentos.
- 4) Parecer dos auditores: é por onde os auditores independentes expõem suas opiniões a respeito da veracidade das demonstrações financeiras elaboradas pela administração da empresa.

No que diz respeito à situação financeira, a análise viabiliza-se através dos índices de Estrutura de Capital ou Endividamento e de Liquidez; já no que tange a situação econômica, analisa-se os índices de Rentabilidade.

2.2.1 Índices de Estrutura de Capital

De acordo com Oliveira et al. (2012), a estrutura de capital diz respeito à proporção que uma determinada empresa usa de capital próprio e de terceiros para sustar suas operações. Na estrutura de Capital, observa-se os seguintes índices:

Quadro 1 – Índices de Estrutura de Capital

Índice	Fórmula	Interpretação
Participação de Capitais de Terceiros (PCT)	$\frac{ET}{ET + PL}$	Dependência da empresa em relação a recursos externos. Quanto menor, melhor.
Composição do Endividamento (CE)	$\frac{PC}{ET}$	Quanto do total da dívida da empresa vence no curto prazo. Quanto menor, melhor.
Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL)	$\frac{\text{Imobilizado}}{PL}$	Quanto de recursos próprios foi investido no ativo permanente. Quanto menor, melhor.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Sendo:

ET = Exigível Total

PC = Passivo Circulante

PL = Patrimônio Líquido

LL = Lucro Líquido

Sob o ponto de vista de Matarazzo (2010), quanto mais a empresa decide investir em Ativo Permanente, menos recursos próprios estarão disponíveis para o Ativo Circulante, fato que, conseqüentemente, resultará em uma maior dependência de Capital de Terceiros para financiar o Ativo Circulante. Ainda de acordo com o autor, a partir da análise desses índices, em especial, do PCT, CE e IPL, é possível analisar as decisões financeiras da empresa a respeito da obtenção e da aplicação dos recursos, assim como as suas prioridades. Destaca-se, também, que quanto menor esses índices, melhor será a saúde financeira da empresa.

2.2.2 Índices de Liquidez

De acordo com Lemes Jr, Rigo e Cherobim (2010), os índices de liquidez retratam sobre a situação de solvência de uma empresa. O ideal para análise da saúde da empresa, quando interpretados, são resultados iguais ou maiores que 1,0 (OLDONI, 2014).

Quadro 2 – Índices de Liquidez

Índice	Fórmula	Interpretação
Liquidez Absoluta/Imediata	$\frac{\text{Disponível}}{\text{PC}}$	Quanto de recursos imediatos a empresa possui para cumprir com seus compromissos de curto prazo.
Liquidez Seca (LS)	$\frac{\text{AC} - \text{Estoques}}{\text{PC}}$	Quanto o ativo circulante (menos os estoques) consegue pagar as dívidas de curto prazo.
Liquidez Geral (LG)	$\frac{\text{AC} + \text{RLP}}{\text{PC} + \text{PNC}}$	Capacidade da empresa em honrar com suas dívidas de longo prazo.
Liquidez Corrente (LC)	$\frac{\text{AC}}{\text{PC}}$	Quanto a empresa possui de Ativo Circulante para pagar suas dívidas de curto prazo.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Sendo:

AC= Ativo Circulante RLP= Realizável a Longo Prazo

PC= Passivo Circulante PNC= Passivo Não Circulante

Corrêa (2015) afirma que os índices de liquidez são fundamentais para analisar a capacidade da empresa de pagar suas dívidas, ou seja, quando “sólida” a empresa se apresenta. A partir deles, viabiliza-se, também, a medida de como a empresa irá gerar recursos para cumprir com seus compromissos, atentando, em especial, para o controle do fluxo de caixa.

2.2.3 Índices de Estrutura de Rentabilidade

Os índices de rentabilidade são obtidos a partir na relação entre os resultados obtidos (análise da DRE) e as contas patrimoniais (análise do Balanço Patrimonial) (OLDONI, 2014).

Sob o ponto de vista de Fonseca (2012), os índices de rentabilidade dizem respeito ao retorno obtido pela empresa, a partir dos seus capitais investidos, ou seja, se ela obteve êxito ou não.

Quadro 3 – Índices de Rentabilidade

Índice	Fórmula	Interpretação
Retorno sob o Investimento (ROI)	$\frac{LL}{AT}$	Retorno obtido através dos seus investimentos totais. Quanto maior, melhor.
Retorno sob o Capital Próprio (ROE)	$\frac{LL}{PL}$	Retorno dos recursos próprios que foram investidos pela empresa. Quanto maior, melhor.
Margem Líquida	$\frac{LL}{\text{Vendas Líquidas}}$	Também pode ser chamada de Rentabilidade de Vendas. Representa o quanto de lucro a empresa obteve a cada real vendido. Quanto maior, melhor.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Sendo:

LL= Lucro Líquido PL= Patrimônio Líquido AT= Ativo Total

Corrêa (2015) destaca a importância da obtenção do ROE. Sob seu ponto de vista, será através da análise desse índice que um investidor, por exemplo, baseia-se para decidir se deve manter seu capital investido na empresa ou deve retirar. Ademais, ainda de acordo com o autor, em relação ao ROI, este pode ser analisado como uma medida de quanto a empresa consegue gerar lucro líquido.

2.3 Tomada de decisão a partir da análise das demonstrações contábeis

De acordo com Fonseca (2012), a contabilidade é uma ciência que possui significativa importância no mundo corporativo, pois gera informações essenciais que retratam a situação patrimonial e econômica que a empresa se encontra, fato que contribui para o processo de tomada de decisão por parte dos administradores.

Além disso, ainda de acordo com o autor, o desconhecimento das informações contábeis por parte da administração da empresa limita a obtenção de uma análise real da situação na qual o negócio da empresa se encontra, fato que pode comprometer o futuro desta.

Gropelli (2009) ratifica o pensamento acima ao afirmar que a análise das demonstrações contábeis possibilita a identificação do desempenho da empresa. De acordo com o autor, esse é obtido por três formas: a primeira diz respeito ao estudo da DRE e do Balanço Patrimonial; a segunda aborda a importância do fluxo de caixa e, por fim, a terceira aborda a questão da análise dos índices financeiros, conforme demonstrado acima.

Sob o ponto de vista de Corrêa (2015), os índices obtidos através da análise dos demonstrativos contábeis, como já explanado acima, são utilizados nas avaliações das empresas, tanto por parte dos administradores em geral, tomando-os como parâmetro para as tomadas de decisões, como para os atuais e futuros investidores.

3 O BANCO DO VATICANO

O Istituto per le Opere di Religione (IOR) ou Banco do Vaticano é o “instrumento” pelo qual a análise financeira e administrativa do Vaticano, assim como da Santa Sé, é viabilizada (IOR, 2020).

O Banco do Vaticano é o ente responsável por todas as finanças da Igreja Católica, englobando seus débitos e créditos, propriedades dos clérigos e funcionários e repasses da Santa Sé, que, de acordo com seus regulamentos, financiam a filantropia praticada pela Igreja no mundo, além de diversas outras responsabilidades (CORRÊA, 2015).

3.1 Criação do Banco do Vaticano

O primeiro “setor” criado para ser responsável pelos bens da Igreja Católica, assim como suas atividades financeiras, foi a Amministrazione delle Opere di Religione (Administração das Obras da Religião), em 11 de fevereiro de 1887, pelo Papa Leão XIII, baseado na Commissione ad Pias Causas (Comissão de Obras Pias). Esse durou até 1942, quando o Papa Pio XII fundou o Istituto per le Opere di Religione. A partir de então, o IOR passou a ser o responsável por todas as finanças referentes à Igreja Católica, administrando suas propriedades, créditos e débitos, assim como a custódia de bens de clérigos e funcionários da Santa Sé (CORRÊA, 2015).

Desde quando foi criado, o IOR passou por sucessivas transformações em sua estruturação. As mais intensas foram a partir do papado de João Paulo II; após sua morte, os Papas posteriores continuaram a apoiar as reformas no Banco, principalmente no que diz respeito a questão de sua transparência em relação às suas atividades (CORRÊA, 2015). No que diz respeito a sua transparência, o IOR está sujeito à Lei nº. XVIII, de 8 de outubro de 2013, que abrange as normas de transparência, supervisão e inteligência financeira alteradas pela Lei nº CCXLVII de 19 de junho de 2018 (IOR, 2020).

Ressalta-se que a partir da assinatura do Tratado de Latrão, quando houve, definitivamente, a criação da Cidade do Vaticano como Estado, os assuntos relacionados à Igreja seriam discutidos e acordados dentro de sua própria estrutura, sem preocupação com relação à transparência (CORRÊA, 2015). Devido a isso, são

raros os documentos que abordem as normas e leis as quais o IOR estava submetido na época em questão.

No começo de 2013, quando o atual Papa foi declarado o chefe maior da Igreja Católica, o IOR passou a ter uma nova estrutura formalizada, englobando novas regras e nova forma de administração. Seis anos depois procedeu-se uma reestruturação contemplando os órgãos abaixo discriminados.

- 1) A Comissão de Cardeais (composta por cinco cardeais nomeados ad quinquênio pelo Sumo Pontífice, o Papa);
- 2) O Prelado (nomeado pela Comissão de Cardeais, acompanha a atividade do Instituto);
- 3) O Conselho de Superintendência (É composto por sete membros nomeados pela Comissão de Cardeais. Os seus membros possuem mandato de cinco anos);
- 4) A Administração (composta pelo Gerente Geral e um possível Diretor Adjunto, indicado pelo Conselho de Superintendência com a aprovação da Comissão dos Cardeais).

O Quadro 4 explicita as funções principais de cada uma das unidades supramencionadas.

Quadro 4 – Principais funções dos órgãos do Vaticano

Órgãos	Funções
Comissão de Cardeais	Delibera, ouvidas as Demonstrações Financeiras e sem prejuízo dos requisitos de capitalização do Instituto, sobre a devolução de lucros; propor alterações estatutárias à Autoridade Superior; delibera sobre a remuneração devida aos membros da Diretoria Superintendência; aprova a nomeação e destituição do Diretor e Subdiretor feita pela Diretoria Superintendência; nomear, sob proposta do Conselho de Superintendência, o auditor externo (pessoa física ou jurídica) responsável pela revisão legal de contas; Deliberar sobre quaisquer questões relativas aos membros da Diretoria de Superintendência e da Diretoria.
Prelado	Auxiliar administradores e funcionários locais a governar e operar de acordo com os princípios fundadores da ética católica e em consonância com a missão do Instituto.
Conselho de Superintendência	Responsável pela administração do Instituto, bem como pela supervisão de suas atividades financeiras, econômicas e operacionais; Examina e avalia, com base nas situações contabilísticas mensais referidas no n.º 1 do artigo 22.º, a atividade da Administração e o seu cumprimento das normas e instruções.
Administração	O Diretor-Geral elabora mensalmente a situação econômico-financeira contábil resultante no final do mês anterior e a envia aos membros da Mesa da Superintendência e ao Prelado, acompanhada de relatório. O Gerente Geral é responsável por todas as atividades operacionais que dirige, organiza e controla de acordo com as diretrizes e estratégias estabelecidas pela Diretoria de Superintendência.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

O Quadro 5 registra uma síntese dos principais acontecimentos na história do Banco, no decorrer da história (IOR, 2020).

Quadro 5 – Marcos na história do Banco do Vaticano

DATA	ACONTECIMENTO
11 de fevereiro de 1887	Papa Leão XIII cria a Comissão de Cardeais "ad pias causas", com regulamento próprio.
24 de novembro de 1904	"Comissão de Cardeais ad pias causas" vir muda de nome para Obras de Religião, pelo Papa Pio X.
10 de fevereiro de 1934	Papa Pio XI aprova Estatuto e muda o nome para "Comissão Administrativa Prelática de Obras Religiosas".
27 de junho de 1942	Papa Pio XII fundou o <i>Istituto per le Opere di Religione</i> com personalidade jurídica própria.
1 de março de 1990	Papa João Paulo II aprova com Quirógrafo do Estatuto em vigor na data até 07 de agosto de 2019.
30 de dezembro de 2010	Criação da Autoridade de Inteligência Financeira (AIF), o órgão regulador financeiro do Vaticano.
1 de outubro de 2013	Publicação do primeiro Relatório Anual do IOR.
9 de outubro de 2013	Nova lei (n° XVIII) do Vaticano sobre transparência e supervisão.
7 de abril de 2014	Papa Francisco aprova proposta a respeito do futuro do IOR.
9 de julho de 2014	Secretaria de Economia apresenta mudanças estruturais na governança do IOR e do novo Conselho, assim como nova estratégia para o Banco.
8 de agosto de 2019	Papa Francisco aprova o atual Estatuto do IOR.

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

3.2 Escândalos envolvendo o Banco do Vaticano

O primeiro responsável pelas finanças do IOR foi Bernardino Nogara, nomeado pelo então Papa Pio XII. De acordo com Corrêa (2015), Nogara foi o responsável por grandes mudanças no Banco, tendo em vista que, a partir de sua gestão, os investimentos do IOR ganharam grandes proporções. Ele ficou a frente das finanças do Vaticano até 1958, quando morreu.

Alguns anos depois, as finanças do Vaticano continuavam fluindo, mas os custos começaram a crescer de forma rápida. Observou-se a necessidade da obtenção de empréstimos e, claro, com eles, o pagamento de juros. A crise ficou maior quando o Papa vigente, João XXIII, morreu. As ofertas vindas de todas as partes do mundo caíram de 19 bilhões para 5 bilhões de liras. Somado a tudo isso, a Itália

resolve suspender um acordo antigo que havia feito com Mussoline, o que resultou na taxaço dos dividendos da Igreja (CORRÊA, 2015).

Em 1971, Marcinkus assumiu a presidência do Banco, com isso, inicia-se uma das piores fases do IOR. Aliado a Michele Sindona, homem conhecido por estar envolvido em escândalos envolvendo capitais, e a Roberto Calvi, um banqueiro, Marcinkus dá início ao processo de transferências das participações societárias ao exterior (CORRÊA 2015). Ainda de acordo com o autor, as manipulações realizadas por eles eram profissionais, sem deixar muitas “pistas”, mas não durou muito tempo. Em 1974, os bancos que estavam sob o controle de Sindona começam a declarar enormes prejuízos; como as finanças do Banco eram obscuras, não se sabe ao certo quanto ele perdeu, mas estima-se que essa girava em torno de 50 a 250 milhões de dólares.

Corrêa 2015 relata que, na época, houve uma inspeção realizada pelo Banco Central Italiano, ou Banca d'Italia, no Banco Ambrosiano, local onde se findavam os negócios dos então gestores do IOR. A investigação mostrou uma grande quantidade de dívidas, riscos de liquidez e realização de créditos sem cobertura. No mesmo período, João Paulo I assume o papado e sua ordem inicial foi realizar uma “limpeza” no Vaticano, principalmente no que dizia respeito às suas finanças envolvidas em escândalos, mas o seu governo só durou 33 dias, quando morreu devido a uma parada cardíaca. Em seu lugar, assume Karol Wojtyla, o Papa João Paulo II.

No início da década de 80, Calvi e Sindona são julgados e condenados devido a envolvimento corruptos em outras instituições financeiras. Casaroli, Secretário de Estado do Vaticano na época, inicia uma investigação interna juntamente ao Governo da Itália contra Marcinkus, mas nenhuma pista que pudesse o incriminar foi encontrada. O Papa João Paulo II decide criar uma Comissão de Vigilância para fiscalizar a governança de Marcinkus no Banco, até 1989, quando se dá a sua aposentadoria (ressalta-se, aqui, que, mesmo diante de tantas acusações e escândalos com seu nome envolvido, Marcinkus possuía imunidade, devido a acordos internos entre o Governo da Itália e o Vaticano) (CORRÊA, 2015).

Um personagem de nome Donato De Bonis assume as finanças do Banco; seu mandato é marcado por inúmeros escândalos envolvendo propinas ao governo italiano (na chamada operação “Mãos Limpas”), desvios de dinheiros depositados em contas de pessoas físicas e jurídicas destinadas a obras de caridade, criação de

fundações fictícias para a realização de transferência de recursos (na época, conhecido como IOR paralelo), entre outros; Bonis morreu em 2001, sem ser julgado (CORRÊA, 2015).

3.3 A reestruturação do Banco do Vaticano

O então bispo de Roma, Papa João Paulo II, começa uma série de mudanças internas no Banco do Vaticano. Inicia-se um processo de revisão das suas finanças, estrutura, criação de uma nova legislação, entre outras. Em 2005, o João Paulo II morre e seu sucessor, o Papa Bento XVI dá continuação à reestruturação. Nesse período, alguns acontecimentos relacionados a esse processo de mudanças internas merecem destaque, como a criação da Autoridade de Inteligência Financeira (AIF), que é considerado um órgão regulador financeiro. A Lei nº. XVIII de 2013 explana as responsabilidades bem como os deveres da AIF que dizem respeito ao monitoramento “para efeitos de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, da função de informação financeira, bem como (...) da função de supervisão prudencial” (IOR, 2020).

Em 2013, ano da renúncia de Bento XVI, Jorge Mario Bergoglio se torna papa (Papa Francisco) e dá continuação ao processo. É nesse mesmo ano que o primeiro Relatório Anual do Banco do Vaticano é divulgado, corroborando com o intuito da Igreja de dar maior transparência às suas finanças (IOR, 2020). Ainda no começo de 2013, Conselho de Superintendência e a Administração do Banco decidiram analisar toda a estrutura da instituição, com o objetivo principal de combater procedimentos que, de qualquer forma, viabilizassem à lavagem de dinheiro. Esse procedimento foi realizado com o auxílio de uma consultoria independente, a *Promontory Financial Group*, que influenciou no emplemento de algumas ações, entre elas (IOR, 2020):

1. Adoção e extensão do Manual de combate à lavagem de dinheiro: houve uma revisão e, posteriormente, uma expansão do manual que norteava os procedimentos tomados em relação ao combate de lavagem de dinheiro; a partir dele, firmou-se uma nova classificação interna de clientes, principalmente no que diz respeito à identificação dos perfis desses.

2. Fortalecimento dos sistemas de TI: o Banco aprovou um plano que visa o desenvolvimento de estruturas e softwares. Um exemplo foi o começo do

desenvolvimento do aplicativo “conheça seu cliente”, baseado nos dados desses para viabilizar uma análise interna de seus perfis.

3. Verificação de dados do cliente: início de uma revisão de todos os registros dos clientes para possíveis alterações ou complementos.

4. Exame forense de transações: com o auxílio de especialistas, o Banco iniciou uma análise de transações tomadas como suspeitas.

5. Plano obrigatório de treinamento de pessoal: o Banco ofereceu a todo o seu corpo funcional um plano de especialização de caráter obrigatório para garantir o cumprimento das normas estabelecidas.

6. Relatórios aprimorados para AIF: foi nomeado um Diretor de Riscos; ademais, o Banco padronizou os sistemas de notificações.

Ademais, foram adotadas as Normas Internacionais de Contabilidade no que diz respeito às publicações das demonstrações financeiras. Em 2014, iniciou-se uma análise, por parte do próprio IOR, no que diz respeito ao cumprimento fiscal das atividades desenvolvidas pelo Banco com relação aos seus usuários (IOR, 2020).

Em 2015, o IOR ficou sujeito ao *Foreign Account Tax Compliance Act* (FATCA), uma lei feita pelos Estados Unidos a qual exige que as instituições financeiras nas quais os seus usuários tenham contas mantidas forneçam informações ao *Internal Revenue Service* (IRS). No ano em questão, surgiu ainda o Regulamento nº 1/2015 no qual:

rege os critérios de organização e gestão das entidades que exercem profissionalmente atividades financeiras autorizadas, regulando, entre outras coisas, a estrutura da entidade, a organização administrativa e contábil, as políticas, procedimentos e medidas de controle políticos e procedimentos internos e administrativos (IOR, 2020).

Em 2019, com a aprovação e vigência do novo Estatuto do Banco, o IOR passou por mudanças no que diz respeito a sua governança, sendo assumida, até hoje, por (IOR, 2020):

1. Comissão de Cardeais: H. Em. Card. Santos Abril y Castelló (Presidente da Comissão de Fiscalização dos Cardeais), H. Em. Card. Thomas Christopher Collins (Arcebispo de Toronto), Sua Eminência Card. Pietro Parolin (Secretário de Estado), H. Em. Card. Christoph Schönborn (Arcebispo de Viena), Card. Em. Josip Bozanic (Arcebispo de Zagreb).

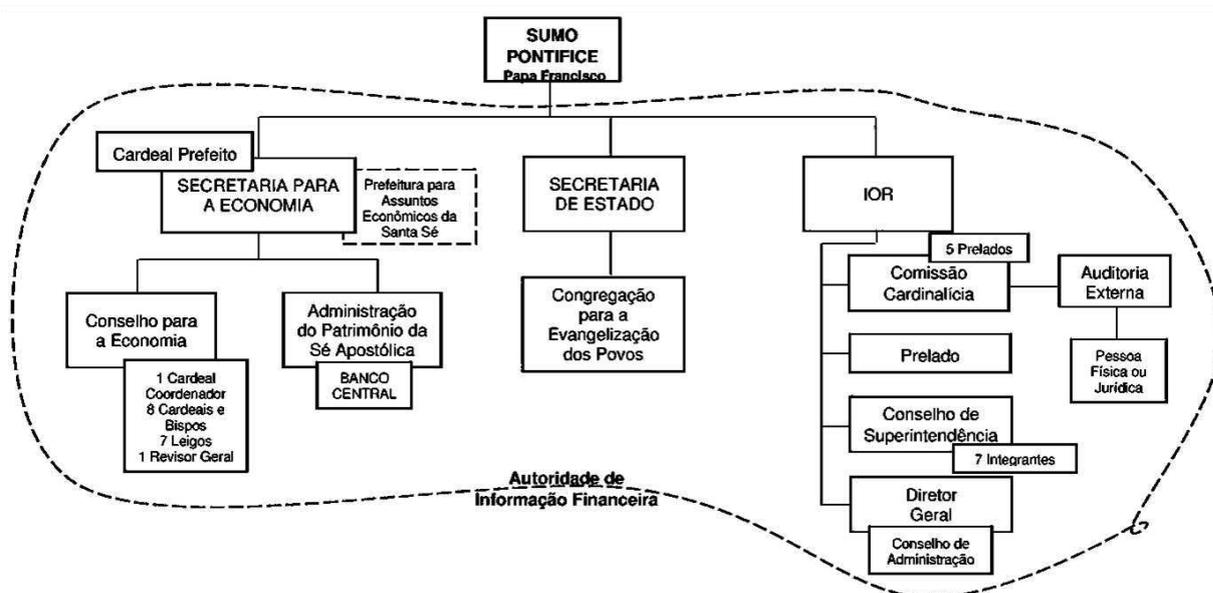
2. Prelado: Mons. Battista Mario Salvatore Ricca.

3. Conselho de Superintendência: Jean-Baptiste Douville de Franssu (Presidente), Mauricio Larraín (Vice Presidente), Georg Freiherr von Boeselager, Sir Michael Hintze, Scott C. Malpass, Javier Marín Romano.

4. Direção geral: Gian Franco Mammi.

Mesmo com mudanças, a missão do Banco foi mantida no novo Estatuto, a qual diz respeito em "providenciar a guarda e administração dos bens móveis e imóveis que lhe sejam transferidos ou que lhe sejam confiados por particulares ou legais e destinadas a obras religiosas e de caridade" (IOR, 2020). Um fato a se destacar no Novo Estatuto é a auditoria das contas, a qual se dará por um revisor oficial de contas, que será nomeado pela Comissão Cardinalícia, de acordo com proposta enviada pelo Conselho de Superintendência, em um período de três anos consecutivos, podendo ser renovada uma vez (IOR, 2020). A Figura 1 traceja a nova reestruturação conforme recém-discussões.

Figura 1 – As finanças do Vaticano a partir de 2019



Fonte: Pereira (2021).

De acordo com o seu Estatuto em vigor (2020), o IOR possui dois perfis de clientes: o primeiro diz respeito a instituições da Santa Sé e do Vaticano, incluindo as entidades a eles relacionados, além de delegações apostólicas e diplomatas creditados juntos a Santa Sé; o outro perfil diz respeito à Institutos de Vida Consagrada e Apostólica, Dioceses, clérigos, funcionários e aposentados do Vaticano, entre outros. Destaca-se que grande parte dos clientes, englobando os dois

perfis, fazem parte ativamente da Igreja Católica ou estão inseridos em instituições de caridade, hospital ou campos de refugiados. Os clientes, além de depositarem seus dinheiros no Banco, podem solicitar serviços como administração de ativos ou custódia de valores mobiliários, de acordo com a sua necessidade.

Ainda de acordo com o seu relatório, o Banco está presente no mundo inteiro, inclusive em países que possuem uma precária infraestrutura e possuem sistemas de bancos ultrapassados. É principalmente nesses países que o IOR é visto como referência e uma instituição de confiança.

Em 31 de dezembro de 2019, o Banco possuía 14.996 clientes ao total, número que era dividido da seguinte forma:

- a) 51%: Ordens Religiosas;
- b) 21%: departamentos da Cúria Romana, escritórios da Santa Sé e do Estado da Cidade do Vaticano e nunciaturas apostólicas;
- c) 10%: Conferências Episcopais, Dioceses e Paróquias;
- d) 8%: Cardeais, bispos e clérigos;
- e) 7%: Funcionários e aposentados do Vaticano;
- f) 3%: Fundações e outros órgãos de direito canônico.

No mesmo ano, obteve-se, como números mais significantes: €1,7 bilhões relacionados a depósitos, €2,9 bilhões referentes a carteiras administrativas e €5,1 milhões no que diz respeito à custódia e administração.

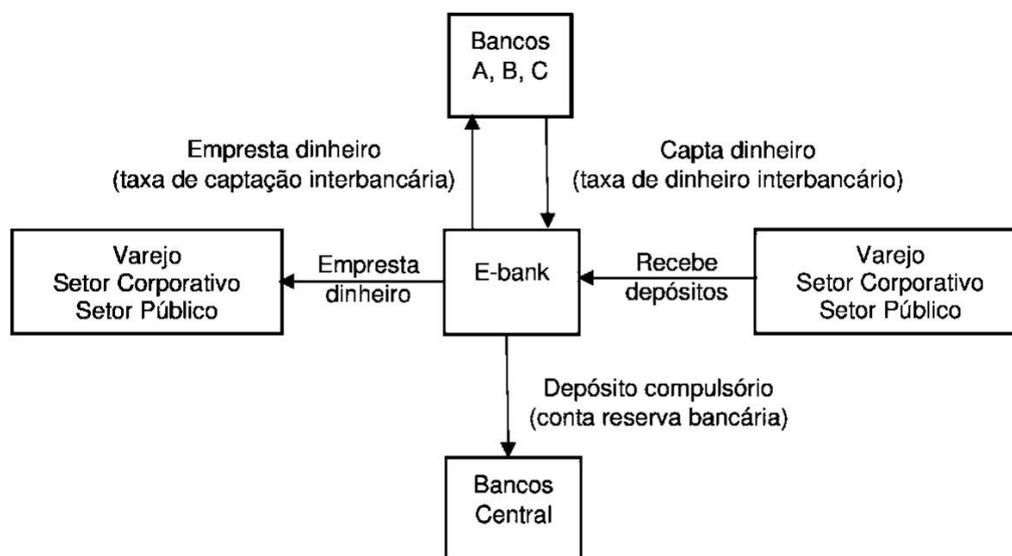
3.4 O que diferencia a Instituição Financeira da Santa Fé e o sistema bancário

Para Dermine e Bissada (2005), duas são as principais funções de um banco comercial comum: captar depósitos junto a terceiros e emprestar dinheiro para terceiros. Seus clientes são pessoas físicas (mercado de varejo), pessoas jurídicas (setor corporativo) e setor público. Ele também opera com outros bancos comerciais no mercado interbancário, em que instituições financeiras bancárias podem emprestar ou obter empréstimos. A taxa para concessão de empréstimos no mercado interbancário é denominada taxa de captação interbancária (*ask rate*), ao passo que a taxa para obtenção de empréstimos é a taxa de empréstimo interbancária (*bid rate*).

Ainda se permitindo usufruir das explicações de Dermine e Bissada (2005), em muitos países, exige-se dos bancos que eles mantenham um percentual fixo de seus

depósitos em uma conta específica no Banco Central. Esses depósitos são denominados depósitos compulsórios, como consta no conteúdo da Figura 2.

Figura 2 – O fluxo de recursos em uma instituição bancária



Fonte: Dermine e Bissada (2005).

O balanço patrimonial de um banco comercial comum é uma “fotografia” da referida empresa em uma data específica, que mostra as fontes de recursos financeiros (passivos junto a terceiros e patrimônio líquido de propriedade dos acionistas) e a utilização desses recursos (ativos) (DERMINE e BISSADA 2005) (Grifos do original).

Observam ainda Dermine e Bissada (2005) que o patrimônio líquido de um banco comercial é uma pequena parte das fontes de recursos, enquanto os ativos fixos (prédios, equipamentos e computadores) representam uma pequena parte do ativo total. Grande parte dos recursos é constituída de depósitos captados junto a clientes e/ou dinheiro tomado emprestado de outros bancos. Três grandes categorias de ativos incluem empréstimos aos clientes, empréstimos a outros bancos ou uma carteira de títulos públicos (por exemplo, papéis emitidos pelo Tesouro Nacional).

O demonstrativo das receitas líquidas de um banco comercial também tem uma peculiaridade ainda que a sua essência conceitual se mantenha, ou seja, exibe a mudança da riqueza dos acionistas (o patrimônio) ao longo de certo período de tempo. A Figura 3 ilustra simplificadaamente tais aspectos específicos.

Figura 3 – Estrutura simplificada do DRE de um banco comercial

Receitas Financeiras	
Receitas de juros	Juros advindos de empréstimos e de operações com títulos
(+) Taxas de serviços	Comissões advindas de serviços (taxa de cartões de crédito)
(-) Despesas Financeiras (juros)	Juros pagos sobre depósitos
(-) Provisões de crédito de liquidação duvidosa	Provisões para perdas com empréstimos concedidos
(-) Despesas operacionais	Despesas não financeiras, tais como salários, manutenção de computadores dentre outros
(=) Lucro antes dos impostos	
(-) Impostos aplicáveis	
(=) Lucro após os impostos	

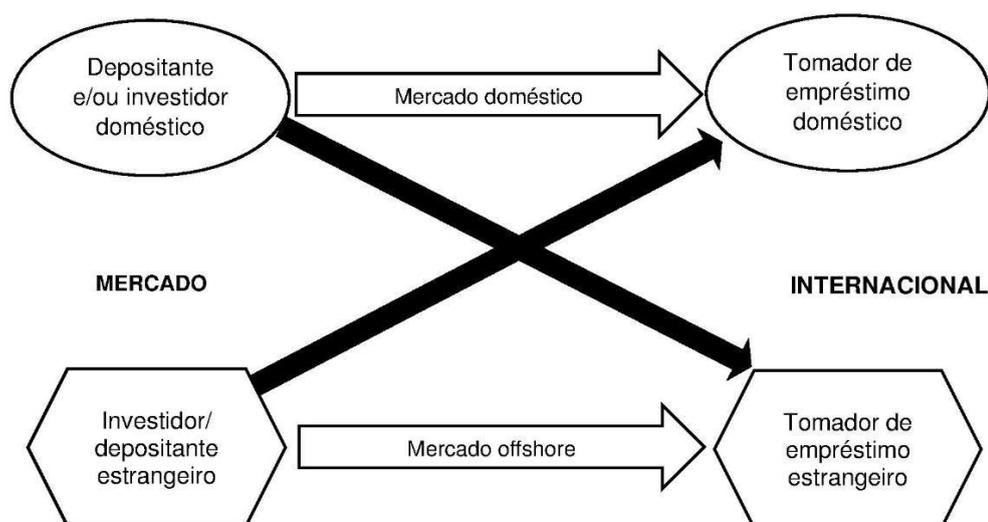
Fonte: Dermine e Bissada (2005).

Uma atenta observação do demonstrativo de resultados objeto da Figura 3, pode-se inferir que o lucro após os impostos resulta do cômputo das receitas sobre os ativos, do custo dos recursos captados, do nível de despesas operacionais e dos impostos incidentes sobre as atividades das empresas. Todas as variáveis elencadas na Figura 3 resultam em razões financeiras que são os principais determinantes econômicos do retorno sobre o patrimônio líquido da instituição bancária.

Conforme Mello (2014), os investidores domésticos ou estrangeiros movimentam fundos de capital diretamente para os usuários finais, enquanto os depositantes utilizam intermediários financeiros, principalmente os bancos comerciais, para fornecerem recursos aos tomadores finais. Esses movimentos de fluxos estão representados na Figura 3, em que as setas que se cruzam representam o mercado financeiro internacional.

Urge salientar ainda o mercado offshore na Figura 3, com uma importante entidade que desenvolve operações específicas, utilizando mecanismos e instrumentos financeiros que foram evoluindo e se aperfeiçoando ao longo do tempo, e atende necessidades próprias de empresas, governos, investidores e poupadores. Esse mercado é movimentado por algumas praças bancárias e fazem conexões entre investidores e depositantes estrangeiros diretamente e por meio de bancos comerciais com tomadores de empréstimos estrangeiros, transferindo fundos emprestáveis e capitais.

Figura 3 – Mercado internacional



Fonte: Mello (2014)

O IOR não é um banco tradicional devido ao fato de estar centrado na gestão de fundos de caridade e de religiosos. Ele é responsável pela administração de contas de sacerdotes, bispos, congregações e funcionários da Santa Sé. No entanto não se pode descartar o poder da instituição no contexto da Figura 3. As recentes discussões não deixam dúvidas quanto a sua inserção nesse jogo transacional de moedas.

De qualquer forma, com reestruturação, conta com a participação de consultores externos para realizar a sua administração, além de estrutura organizacional reformulada, contando com a colaboração de auditores e administradores externos (IOR, 2019).

4 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A presente pesquisa possui caráter quantitativo, de acordo com a abordagem do problema. Segundo Knechtel (2014), a pesquisa quantitativa pode ser vista como uma forma de pesquisa na qual é baseada no teste de uma teoria e engloba variáveis numéricas, ou seja, de natureza quantificável, que serão analisadas estatisticamente. Na pesquisa quantitativa também deve haver uma base das informações, no caso, os dados, podendo ser:

- a) Dados primários: São aqueles que são obtidos dentro do campo da pesquisa, coletados nas fontes, como através de entrevistas, questionários;
- b) Dados secundários: São aqueles dados que já foram processados e são provenientes de fontes já credenciadas, como pesquisas oficiais.

Esta pesquisa também possui caráter descritivo, que, de acordo com Knechtel (2014), no qual realiza a coleta das informações, juntamente às variáveis nelas contidas e serão reduzidas a quantificadores, de forma que se consiga descrever algum acontecimento.

De acordo com as orientações metodológicas adotadas, optou-se por análise documental, usufruindo da técnica de levantamento de dados secundários.

No que diz respeito o caráter documental, Nascimento (2016), afirma que esse tipo se firma em procurar provar para esclarecer acontecimentos anteriores, com o objetivo de formular conclusões. No escopo desta pesquisa, as deduções correspondem à edificação de uma modelagem de gestão.

Os dados coletados foram provenientes dos Relatórios Anuais do Banco do Vaticano, disponibilizados no seu site oficial, situados no período de 2012 a 2019 e artefatos no formato de documentos oficiais, textos digitais, material jornalístico impresso e veiculado e *press release*, *folders*, infográficos, comentários de especialistas.

O procedimento analítico adotado foi com base na análise de conteúdo, onde se estabeleceu as categorias e subcategorias respectivas, conforme o Quadro 6.

Quadro 6 – Identificação das categorias e subcategorias

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Índice de Liquidez	Corrente
	Geral
Índice de Endividamento	Participação de capital de terceiros
	Composição de endividamento
	Imobilização do patrimônio líquido
Índice de rentabilidade	Retorno sobre investimento
	Retorno sobre patrimônio líquido
	Margem líquida
IOR	Gestão de recursos financeiros
	Transações financeiras
	Reestruturação
	Unidades organizacionais

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

No processo de validação dos dados, recorreu-se à crítica dos professores pesquisadores da Faculdade de Economia, Administração, Atuarias e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará do Departamento de Contabilidade. Os seus pareceres e comentários foram obtidos via chamadas de vídeo de unidades móveis e envio por meio da internet.

A janela temporal coberta nesta investigação cobriu a partir de junho de 2020 a março de 2021.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

De acordo com o Relatório Anual do IOR (2012), o principal investimento do Instituto foi em obrigações. Observou-se o aumento dos títulos do governo e a diminuição de títulos emitidos por instituições financeiras. O valor líquido dos ativos nas carteiras administradas foi de 3,2 bilhões de euros, em contrapartida, o valor líquido de carteiras não administradas foi de 3,1 bilhões de euros. No que diz respeito à taxa de juros, houve um aproveitamento do seu nível elevado nas carteiras de títulos, principalmente no início do ano.

O lucro líquido, em 2012, foi de 86,6 milhões de euros. Esse resultado se deu, principalmente, devido a negociações de títulos e ao aumento do valor das obrigações em carteira, somado à diminuição, de forma geral, das taxas de juros do mercado financeiro. Do resultado do lucro líquido, o Banco decidiu reservar 31,9 milhões de euros para uma reserva de riscos operacionais, além da destinação de 54,7 milhões para o orçamento da Santa Sé.

No que diz respeito à margem de juros, em 2012, o resultado foi de 52,2 milhões de euros, número inferior ao do ano de 2011. A queda se deu, principalmente, devido à redução dos lucros dos investimentos e dos depósitos bancários. Os custos operacionais somaram 23,9 milhões de euros (número relacionado, principalmente, aos custos com pessoal); os outros custos operacionais totalizaram 11,8 milhões de euros, o que significou um acréscimo de 20,4% em relação ao ano de 2011; o aumento se deu devido aos custos com despesas legais e com a manutenção dos edifícios ocupados pelo Banco para a realização de suas atividades fins.

Em relação ao balanço patrimonial, em 2012, os ativos somaram 4,98 bilhões de euros, envolvendo, principalmente, depósitos bancários e títulos. Vale destacar que os depósitos em bancos totalizaram 1,2 mil milhões de euros (ênfatiza-se, aqui, a política do Banco referente à duração dos depósitos no prazo de até um ano); já no que diz respeito ao passivo, houve destaque nos depósitos de usuários, com representação de 97,3% do total do passivo, retirando o patrimônio líquido. Ademais, o índice de independência financeira girou em torno de 15,4%, o que representa uma boa margem para segurança dos clientes, tendo por base os padrões internacionais, com base na Tabela 1

Tabela 1 – Principais países com participação no IOR em 2012

EUR 000	TOTAL DE ATIVOS	
	31 DE DEZEMBRO DE 2011	31 DE DEZEMBRO DE 2012
Países		
Cidade do Vaticano	25.390	22.196
Itália	885.821	1.179.619
Holanda	332.590	855.337
Espanha	590.057	589.635
Alemanha	452.685	282.613
Outros países europeus	795.284	949.898
EUA e Canadá	552.876	488.041
Outros países	360.696	496.812
Ativos e Passivos restantes	72.127	121.605
TOTAL	4.067.526	4.985.756

Fonte: Relatório Anual do IOR, 2012.

No ano seguinte, de acordo com o Relatório Anual do IOR (2013), no que diz respeito ao cenário macroeconômico, observa-se que o Banco investiu de forma conservadora em ativos. Houve, também, forte influência da flutuação dos preços dos títulos da zona do euro: enquanto os preços dos títulos referentes ao governo alemão caíram, os do governo italiano aumentaram. Um reflexo disso foram os registros de perdas de títulos referentes a países centrais da mesma zona, em compensação, houve ganhos de capital referentes a países periféricos.

Relata-se, também, a tradição do Banco em usar o ouro para atividades de investimento. Em 2013, com a diminuição do preço do metal, registrou-se um efeito negativo de, aproximadamente 13,5 milhões de euros, em relação a 2012.

Em 2013, o valor líquido dos ativos administrados em carteiras totalizaram 3,3 bilhões de euros; no que diz respeito ao valor líquidos dos ativos em custódia e depósitos, esses somaram 2,6 bilhões de euros e o total dos interesses minoritários de 5,9 bilhões de euros.

No que diz respeito ao lucro líquido, o Banco encerrou o ano de 2013 com um total de 2,9 milhões de euros, valor inferior ao ano de 2012 (86,8 milhões de euros). A diferença, de acordo com o Banco, deu-se em decorrência do desempenho inferior

na negociação de títulos e aumento dos custos extraordinários. A margem de juros aumentou 3,1% em comparação a 2012, resultando em 53,8 milhões de euros.

Em relação às receitas, a fonte mais importante diz respeito a comissão de gestão de ativos, o que somou 13,3 milhões de euros, em 2013, total maior do que o resultado do ano anterior. Esse aumento se deu devido a revisão das condições aplicadas aos clientes iniciada em 2012 e, também, ao aumento da massa administrada em 2013. No que diz respeito aos dividendos recebidos, o resultado foi de 3,8 milhões de euros; já no que se tange os custos operacionais, o total, em 2013, foi de 32,2 milhões de euros (ressalta-se que esse item diz respeito, principalmente, aos custos com pessoal). Outros custos operacionais somaram 19,5 milhões de euros, valor que representa um aumento de 65,3% em relação a 2012. Esse se deu, principalmente, devido a serviços profissionais em relação aos regulamentos e conformidade de combate à lavagem de dinheiro, incluindo, também, as despesas ocorridas na reorganização realizada no ano de 2013 no Banco.

No que se refere ao balanço patrimonial, os principais números foram: total de ativo = 3,4 bilhões de euros; patrimônio líquido = 720 milhões de euros. Este, em relação a 2012, houve um decréscimo, que se deu principalmente por causa da mudança realizada pelos seus clientes de recursos de depósitos para títulos, o que resultou em uma menor liquidez para o Banco. No Passivo, a conta de maior representatividade foi a Contas a pagar aos depositantes (95,3% do passivo) que totalizou 2,5 milhões de euros. O índice de capital total foi de 17,2%, o que, de acordo com o Instituto, representa, em relação aos padrões internacionais, uma margem de segurança relativa para os serviços do Banco.

A Tabela 2, exibe a divisão dos itens dos ativos e passivos com os países com maior participação nos resultados do Banco em 2013.

Tabela 2 – Principais países com participação no IOR em 2013

EUR 000	TOTAL DE ATIVOS	
	31 DE DEZEMBRO DE 2012	31 DE DEZEMBRO DE 2013
Países		
Cidade do Vaticano	22.196	51.273
Itália	1.179.619	694.317
Holanda	855.337	334.633
Alemanha	282.613	314.319
Luxemburgo	203.207	210.658
Espanha	589.635	220.209
Outros países europeus	746.691	799.603
EUA e Canadá	488.041	367.229
Outros países	496.812	336.086
Ativos e Passivos restantes	121.605	62.690
TOTAL	4.985.756	3.391.017

Fonte: Relatório Anual do IOR, 2013.

Em 2014, o Banco apurou um lucro líquido de 69,3 milhões de euros, resultado bem superior ao ano de 2013. Essa melhora se deu, principalmente, devido ao desempenho de negociações de valores imobiliários somados à diminuição dos custos operacionais extraordinários.

No que diz respeito à margem de juros, houve uma diminuição de 5,8% em relação a 2013, totalizando 50,7 milhões de euros. Esse resultado é reflexo direto da redução do capital médio empregado. Ademais, no mesmo ano, houve quedas nas taxas de retorno de empréstimos e na taxa de retorno de depósitos; com isso, o Banco tomou a decisão de consolidar os fundos de curto prazo e investir em fundos com vencimentos a longo prazo e taxas mais altas, visando a manutenção da liquidez.

Em relação às receitas, tendo em vista sua principal fonte: receita de comissões na gestão de ativos, houve uma diminuição em relação ao ano de 2013, totalizando 12,6 milhões de euros. Com relação às receitas de juros sob empréstimos e títulos, em termo gerias, houve uma diminuição geral. O lucro líquido de negociação registou um aumento significativo, somando 36,7 milhões, fato que foi resultado do crescimento de mercado de títulos generalizados. Os custos operacionais somaram 28,9 milhões de euros e os outros custos operacionais, 17,5 milhões de euros. A redução, em relação ao ano de 2013, deu-se aos menores custos extraordinários

incorridos e, também, à conclusão de projetos iniciados no passado, como o relacionado à lavagem de dinheiro.

O resultado líquido do exercício foi de 69,3 milhões de euros, o que permitiu a realização de uma provisão de 14,3 milhões de euros para resultados de exercícios anteriores. Já em relação ao Balanço Patrimonial, observou-se um ativo de, aproximadamente, 3,2 mil milhões de euros e um patrimônio líquido de 695 milhões de euros. Mantendo o já observado em anos anteriores, em 2014, os depósitos foi a rubrica mais significativa do passivo, com representação igual a 93,9%. Em síntese, o resultado positivo do resultado líquido se deu devido ao aumento: da negociação de obrigações; negociação de fundos de investimentos geridos por terceiros, avaliação de títulos de carteira e variação do valor do ouro.

A Tabela 3 expõe os números financeiros dos países participativos.

Tabela 3 – Principais países com participação no IOR em 2014

<i>EUR 000</i>	TOTAL DE ATIVOS	
	31 DE DEZEMBRO DE 2013	31 DE DEZEMBRO DE 2014
Países		
Cidade do Vaticano	51.273	62.844
Itália	694.317	801.479
Espanha	220.209	464.206
Holanda	334.633	187.389
Alemanha	314.319	173.668
França	149.527	163.951
Grã Bretanha	92.260	140.171
Irlanda	49.825	72.833
Suécia	51.880	65.113
Luxemburgo	210.658	57.816
Outros países europeus	456.111	194.123
EUA e Canadá	367.229	484.181
Outros países	336.086	288.291
Ativos e Passivos restantes	62.690	54.710
TOTAL	3.391.017	3.210.775

Fonte: Relatório Anual do IOR, 2014.

Em 2015, o IOR contava com um total de 14.801 clientes, sendo a sua maioria formada por pessoas jurídicas de direito canônico. No mesmo ano, o Banco obteve um lucro líquido de 16,1 milhões de euros, número bastante inferior comparado ao ano de 2014. Isso se deu, principalmente, devido à redução do resultado líquido

da negociação de títulos, diminuição da margem de juros e provisão de um passivo relativo à exposição fiscal em outros países.

A principal fonte de receita foi derivada de atividades de Tesouraria relacionada a propriedades. A margem de juros teve uma diminuição significativa (13,4%), totalizando 43,9 milhões de euros; esse fato foi resultado da diminuição do capital médio, além da redução da taxa de retorno dos empréstimos e do retorno de depósitos. No que diz respeito aos dividendos recebidos, houve uma diminuição de 28,6%, somando 2 milhões de euros.

Em relação ao balanço patrimonial, em 2015, o IOR totalizou 3,2 mil milhões de euros no que tange o seu ativo, tendo seus principais representantes os depósitos bancários e os títulos; já o patrimônio líquido teve um resultado de 670,3 milhões de euros. As contas a pagar aos depositantes representaram 93,6% do passivo.

Constatou-se um total de 14.960 clientes do Banco, no final do exercício do ano de 2016. No que diz respeito ao valor líquido dos ativos das carteiras administradas, observou-se um valor de 3,1 bilhões de euros, número pouco inferior referente ao mesmo período no ano anterior. No que tange ao resultado líquido da DRE, foi atingido um valor de 36 milhões de euros, número bastante superior ao ano de 2015, fato decorrente da melhora observada nas atividades de negociação, ao recálculo realizado com os fatores ligados à tributação internacional, além da redução das despesas administrativas.

No que tange à margem de juros, registrou-se um valor de 36,7 milhões de euros, valor inferior ao ano de 2015. Essa diferença se deu por conta da diminuição das taxas de remuneração, empréstimos e de retorno dos depósitos. Um evento a se destacar em 2016 foi o Resultado Líquido da atividade de Trading. Esse registrou uma perda equivalente a 9 milhões de euros.

Em relação aos números evidenciados no Balanço Patrimonial, destaca-se o valor total de ativos de aproximadamente 3,3 bilhões de euros e um patrimônio líquido de 672,6 milhões de euros. Em relação ao passivo, a conta mais significativa continua sendo aos produtos devidos a clientes, com representação de 92,4% do grupo total. O relatório anual de 2016 também trouxe alguns indicadores de lucratividade, conforme teor da Tabela 4.

Tabela 4 – Índices de lucratividade do IOR em 2016

Índices de lucratividade	
Custos operacionais/margem de corretagem	15,52%
Margem de juros/ margem de corretagem	83,15%
Comissões líquidas/ margem de corretagem	29,05%
Margem de juros/ativos totais	1,12%
Margem de corretagem/ativos totais	1,35%

Fonte: Relatório Anual do IOR, 2016.

O número de clientes registrado no ano de 2017 foi de 14.945, com representação maior às ordens religiosas (52%). Em relação ao resultado líquido, observou-se um valor de 31,9 milhões de euros. No ano, houve uma redução das taxas de juros do mercado, o que trouxe um resultado negativo para o Banco, porém, esse foi compensado com um aumento nas atividades de negociação de títulos e com a diminuição das despesas administrativas.

Em relação às contas patrimonial, foi registrado um ativo com o valor de 3 bilhões de euros e um patrimônio líquido de 659,1 milhões de euros. No que tange ao passivo do Banco, o que é devido a clientes teve uma representação de 71,1% do total do grupo. Observou-se, também, a diminuição dos depósitos de clientes, assim como a liquidez da gestão de ativos. O Banco atribuiu esse fato ao efeito da taxa de câmbio relativos aos depósitos em dólares, além do pagamento de impostos referentes a transações financeiras.

Em relação aos índices de lucratividade do ano, a Tabela 5 resgata-os.

Tabela 5 – Índices de lucratividade do IOR em 2017

Índices de lucratividade	
Custos operacionais/margem de corretagem	37,3%
Margem de juros/ margem de corretagem	56,4%
Comissões líquidas/ margem de corretagem	24,0%
Margem de juros/ativos totais	1,0%
Margem de corretagem/ativos totais	1,7%

Fonte: Relatório Anual do IOR, 2017.

Em relação à rentabilidade sintetizada pela margem de juros relacionados ao ativo, foi-se observada uma porcentagem de 1%, redução em relação ao ano de 2016. Contudo, explana-se um aumento em outros índices de lucratividade, principalmente devido ao retorno das ações de carteira de propriedade.

Ao final do exercício do ano de 2018, observou um número total de clientes de 14.953. Ademais, os dividendos recebidos no exercício tiveram uma queda significativa (54,5%), contribuindo com a Instituição com um total de 0,5 milhões de euros. Em contrapartida, houve uma melhora na atividade cambial desenvolvida, resultando em 1,6 milhões de euros. Em relação à margem de juros, houve, também, uma redução, obtendo 24 milhões de euros.

No balanço patrimonial, registrou-se um total de ativos de 2,8 bilhões de euros e um patrimônio líquido de 654,6 milhões de euros. O que diz respeito ao passivo, o que é devido aos usuários teve uma significância de 70,9% do total do grupo (uma redução de 4,8% em comparação ao ano anterior). Os depósitos registrados por clientes também registraram uma diminuição, assim como a liquidez depositada pela administração. De acordo com o IOR, isso se deu devido à retirada de recursos dos clientes para fins institucionais.

Em relação aos índices financeiros, a Tabela 6 os apresenta.

Tabela 6 - Índices de lucratividade do IOR em 2018

Índices de lucratividade	
Custos operacionais/margem de corretagem	108,9%
Margem de juros/ margem de corretagem	163,3%
Comissões líquidas/ margem de corretagem	89,5%
Margem de juros/ativos totais	0,8%
Margem de corretagem/ativos totais	0,5%

Fonte: Relatório Anual do IOR, 2018.

Ao final de 2019, registrou-se um total de 14.996 clientes. Com relação aos dividendos recebidos, houve um aumento considerável de 60%, construindo um total de 0,8 milhões de euros. A atividade cambial também registrou um aumento, resultando em 1,6 milhões de euros. Em relação à margem de juros, registrou-se um valor de 18,7 milhões de euros (diminuição em comparação ao ano de 2018).

Ressalta-se que as despesas administrativas giraram em torno de 17,7 milhões de euros.

Em relação ao balanço patrimonial, o total de ativos foi igual a 2,9 bilhões de euros e o patrimônio líquido girou em torno de 668,3 milhões de euros. Em relação ao passivo, o que é devido aos usuários teve uma significância de 71% do total, contendo um valor de 2,1 bilhões de euros. Os empréstimos a bancos resultaram em 976,7 milhões de euros, dos quais 830,5 milhões de euros foram à vista.

Com relação aos índices de lucratividade, a Tabela 7 os exhibe.

Tabela 7 - Índices de lucratividade do IOR em 2019

Índices de lucratividade	
Custos operacionais/margem de corretagem	31,5%
Margem de juros/ margem de corretagem	33,4%
Comissões líquidas/ margem de corretagem	20,1%
Margem de juros/ativos totais	0,6%
Margem de corretagem/ativos totais	1,9%

Fonte: Relatório Anual do IOR, 2019.

5.1 Índices de estrutura de capital do Banco do Vaticano

Foram explanados os Índices de Estrutura de Capital do Banco do Vaticano, durante o período de 2012 a 2019, baseados nos dados disponibilizados pelo IOR em seus respectivos Relatórios Anuais.

No triênio 2012-2014, a Tabela 8 explicita que, no tocante à participação de Capitais de Terceiros, houve uma redução, o que significa uma menor dependência da instituição de recursos externos. A maior porcentagem se deu no ano de 2012 e houve uma queda mais significativa em 2013, quando comparado a 2012. Em síntese, a redução se deu, principalmente, devido à redução do Passivo.

Tabela 8 – Índices de Estrutura de Capital do IOR de 2012 a 2014

Índice	2012	2013	2014
Participação de Capitais de Terceiros (PCT)	84,570%	78,766%	78,354%
Composição do Endividamento (CE)	97,319%	95,256%	93,881%
Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL)	2,7819	0,0003	0,0002

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

No que diz respeito à Composição de Endividamento, também é perceptível uma redução, embora menor que o índice anterior, o que significa um bom resultado para a Instituição.

Por fim, em relação ao IPL, também observa-se uma redução do índice, ao longo dos três anos, resultado esse considerado bom para o Banco, haja vista que diz respeito aos recursos próprios investidos em ativo permanente.

Conforme leitura da Tabela 9, observa no triênio 2015-2017, uma diminuição contínua no PCT, embora, no ano de 2016, houve um pequeno aumento, relação ao ano de 2015. Essa redução também é refletida na CE, o que gera uma melhora nos resultados do Banco. No que diz respeito a IPL, também houve uma redução, mas, em 2017, houve um pequeno ano, em comparação ao ano de 2016.

Tabela 9 – Índices de Estrutura de Capital do IOR de 2015 a 2017

Índice	2015	2016	2017
Participação de Capitais de Terceiros (PCT)	79,08%	79,42%	78,02%
Composição do Endividamento (CE)	94,01%	92,39%	91,38%
Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL)	4,4474	0,0046	0,0049

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

No biênio 2018-2019, a Tabela 10 revela que embora não muito significativos, houve aumentos em relação à PCT e CE, no ano de 2019, em comparação ao ano de 2018. Já na IPL, observou-se uma diminuição, também pequena.

Tabela 10 – Índices de Estrutura de Capital do IOR em 2018 e 2019

Índice	2018	2019
Participação de Capitais de Terceiros (PCT)	77,01%	77,23%
Composição do Endividamento (CE)	92,04%	92,47%
Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL)	0,0049	0,00469

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

5.9 Índices de liquidez do banco do Vaticano

Foram postos no radar analítico os principais Índices de Liquidez do Banco do Vaticano (geral e corrente), durante o período de 2012 a 2019, baseados nos dados disponibilizados pelo IOR em seus respectivos Relatórios Anuais. Ressalta-se, aqui, que, devido a atividade desenvolvida pela instituição, inviabiliza-se o cálculo da liquidez seca, haja vista a inexistência de estoques.

Em relação à liquidez geral, conforme Tabela 11, no triênio 2012-2014, observa-se um aumento do índice, ou seja, a capacidade da instituição em cumprir com suas obrigações de longo prazo aumentou. Já em relação à liquidez corrente, que diz respeito às dívidas de curto prazo, percebe-se um leve aumento no ano de 2013, em relação ao ano de 2012, mas uma redução no ano 2014, sendo o menor número dos três anos analisados.

Tabela 11 – Índices de Liquidez do IOR de 2012 a 2014

Índice	2012	2013	2014
Liquidez Geral	1,18	1,26	1,27
Liquidez Corrente	0,97	0,98	0,96

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

No que diz respeito à liquidez geral, nos três anos, 2015-2017 de acordo com a Tabela 12, o ano em que houve o menor índice foi 2016. Já em relação à liquidez corrente, houve um aumento no decorrer dos três anos, possuindo, em 2017, um índice igual a 1,3756.

Tabela 12 – Índices de Liquidez do IOR de 2015 a 2017

Índice	2015	2016	2017
Liquidez Geral	1,26	1,25	1,28
Liquidez Corrente	1,02	1,33	1,37

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

No biênio 2018-2019 consoante o teor da Tabela 12 anos, observa-se que 2019 foi o ano com o menor índice de liquidez geral e liquidez corrente.

Tabela 13 – Índices de Liquidez do IOR em 2018 e 2019

Índice	2018	2019
Liquidez Geral	1,29	1,29
Liquidez Corrente	1,37	1,36

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

5.10 Índices de rentabilidade do banco do Vaticano

São explanados os Índices de Rentabilidade do Banco do Vaticano, durante o período de 2012 a 2019, baseados nos dados disponibilizados pelo IOR em seus respectivos Relatórios Anuais.

No que diz respeito ao ROI, nos três anos, 2012-2014, a Tabela 14 apresenta como o menor índice o ano de 2013. No entanto, houve um aumento considerável no ano de 2014. O mesmo aconteceu em relação ao ROE: no ano de 2013, ele possuía um índice de 0,3979%, menor número dos três anos, mas, no ano seguinte, houve um aumento.

Tabela 14 – Índices de Rentabilidade do IOR de 2012 a 2014

Índice	2012	2013	2014
Retorno sobre o Investimento (ROI)	1,7372%	0,0845%	2,1593%
Retorno sobre o Capital Próprio (ROE)	11,2595 %	0,3979%	9,9761%
Margem Líquida	0,0166%	0,0005%	0,0136%

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

A tabela 15 registra um aumento no ROI da instituição financeira no período 2015-2017, quando comparado os dois primeiros anos apresentados, mas uma diminuição em relação ao último ano. Já em relação ao ROE, o menor índice se deu no ano de 2016.

Tabela 15 – Índices de Rentabilidade do IOR de 2015 a 2017

Índice	2015	2016	2017
Retorno sobre o Investimento (ROI)	0,5033 %	1,1013 %	1,0648 %
Retorno sobre o Capital Próprio (ROE)	2,4060 %	0,3525 %	4,8449 %
Margem Líquida	0,0036 %	0,0098 %	0,0010 %

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Conforme a Tabela 16, no ano de 2019, o ROI sofre um aumento significativo, em relação ao ano anterior. O mesmo observou-se no ROE, possuindo, em 2019, um índice de 5,6880%.

Tabela 16 – Índices de Rentabilidade do IOR em 2018 e 2019

Índice	2018	2019
Retorno sob o Investimento (ROI)	0,6157%	1,2950%
Retorno sob o Capital Próprio (ROE)	2,6763%	5,6880%
Margem Líquida	0,01332%	0,0202%

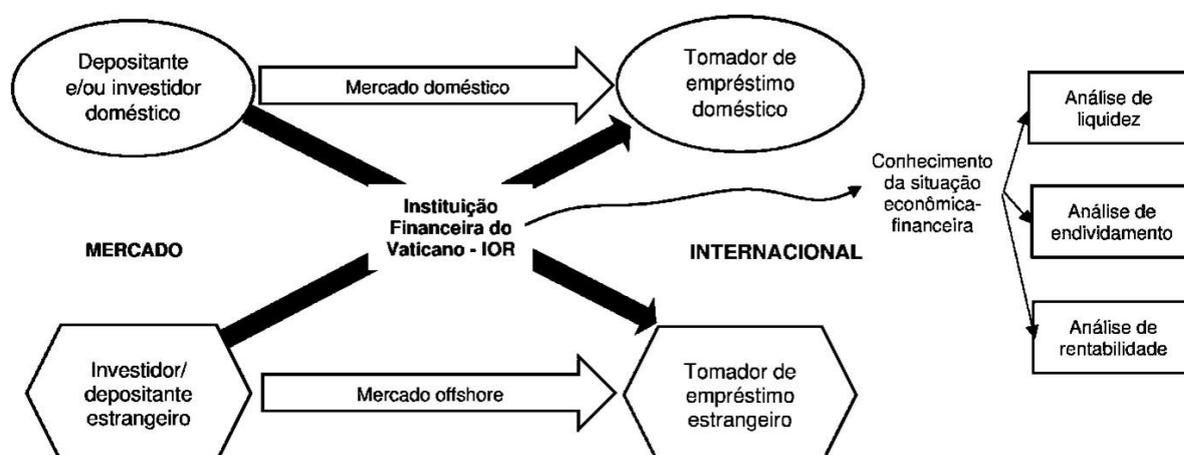
Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Após esses cálculos procedidos com suas respectivas análises pode-se perfeitamente encaixar a lógica gerencial de cada indicador mensurado e tecido os comparativos e deduções.

A significância do controle de cada indicador no processo de tomada de decisões financeiras insinua evidente. A análise de variação de cada período requeria um conjunto de explicações podendo subsidiar na formação de cenários prováveis contemplando as possíveis implicações no desempenho das atividades do IOR.

É interessante a projeção advinda, antecipando a configuração dos demonstrativos financeiros e os ajustando à medida que o mercado sinaliza posições de entraves. Assim se apropriando da Figura 3 é possível esboçar um modelo de gestão financeira com base nos demonstrativos da instituição e enquadrando no ambiente de interações da dinâmica bancária internacional conforme a Figura 4.

Figura 4 – O modelo de gestão financeira do IOR



Fonte: Pesquisa de campo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada teve como objeto de estudo uma instituição financeira pouco conhecida, mas de participação no mundo inteiro: o Banco do Vaticano. Ao longo do trabalho, foram apresentados aspectos da instituição, como: histórico, acontecimentos importantes, transformações, missão e sua importância a nível mundial, atrelado a um referencial teórico que trouxe, em sua estrutura, aspectos importantes relacionados à análise econômica e financeira de uma organização a partir do estudo de seus demonstrativos financeiros.

Tendo em vista o pouco conhecimento a respeito da Instituição em questão atrelado ao histórico de falta de transparência de informações e muitos escândalos envolvendo, principalmente, a temática de lavagem de dinheiro, o IOR é alvo de várias críticas, envolvendo, principalmente, sua gestão financeira. Ademais, os estudos a respeito dos números financeiros se perfilam escassos, fato que não corrobora com a realidade internacional que o Banco abrange.

Como objetivo geral, a pesquisa visou modelar a gestão financeira na organização financeira do Vaticano, a partir da análise dos seus demonstrativos financeiros, no período de 2012 a 2019.

Ao proceder a análise extraída dos demonstrativos financeiros a intenção era experimentar a aferição dos indicadores apresentados a fim de se esboçar elementos que pudesse delinear um modelo de gestão financeira no âmbito da reestruturação da instituição financeira.

O modelo delineado se mostra um tanto elementar. No entanto, não se pode negar o tabu em transparecer as suas operações e delas estabelecer contrastes analíticos. Embora a IOR apresente peculiaridades no tocante a sua razão de existência, os achados de campo exibem suas capilaridades entre as empresas financeiras no mundo. Requerendo sim um olhar clínico no seu desempenho e na geração dos números financeiros. Assim, no primeiro momento, ao se apropriar do esquema elaborado por Mello (2014), a atual equipe de dirigentes não pode se eximir dos indicadores originados nos números registrados nos demonstrativos financeiros. O desempenho de performance dos indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade apontam um norte razoavelmente consistentes no âmbito processual decisório do fluxo monetário. Sendo inclusive objetos de projeção

para um futuro próximo com ajustes atrelados aos acontecimentos no contexto mundial.

6.1 Limitação do estudo

Apesar dos esforços não se pode eximir-se dos possíveis vieses que estão internalizados nos dados secundários capturados. Sem contar que apesar da recente transparência da instituição a mesma ainda é imbuída de “segredo de estado” com um claro sentimento do constrangimento que possa gerar dada a origem de sua existência. Esse elemento dedutivo pode inclusive ter contaminado as reflexões da pesquisadora.

6.2 Recomendação de estudos futuros

O entendimento da Tesouraria da entidade requer uma investigação mais detalhada de forma a permitir uma modelagem de medição de riscos a políticas de alocação de capital. Desconfia-se que a gestão bancária do IOR está presa em uma espécie de “dilemas de metas” ao remeter ao Resti e Sironi (2010). Pois o aumento da rentabilidade do capital exige o aumento de lucros, que, por sua vez, requer novos negócios e novos riscos a serem assumidos. No entanto, uma expansão dessas, devido a razões econômicas e regulatórias, necessita ser suportada por mais capital, que, por sua vez, requer uma maior rentabilidade.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, M. **A gestão financeira de micro e pequenas empresas**: estudo sobre a utilidade da gestão financeira para o seu desenvolvimento e crescimento. 2014. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2014. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/297690422.pdf>. Acesso: 10 abr. 2021.
- BARBOSA, H. M. A análise de demonstrativos financeiros como ferramenta para tomada de decisão nas micro e pequenas empresas. **Scientia Faer**, Olímpia, v. 2, n. 1, p.38-52, jul. 2010. Disponível em: http://www.uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170802100924.pdf. Acesso em: 16 jul. 2020.
- BERTOLETTI, J. V. M. A importância de uma boa gestão financeira nas empresas. **Revista InterAtividade**, Andradina, v.3, n.1, 2015. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/415497763/Estudo-Paraiba>. Acesso: 10 abr. 2021.
- BRUGNERA, A.; GIENTORSKI, L. C. Resultado operacional da atividade bancária uma abordagem gerencial. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE CUSTOS. 5., 1998. **Anais** [...]. Associação Brasileira de Custos, Fortaleza, 1998.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº. 1.121/08**. Aprova a Estrutura Básica Conceitual para elaboração das Demonstrações Financeiras. Disponível em: <https://cfc.org.br/>. Acesso em: 16 ago. 2020.
- CORRÊA, G. H. B. **Banco do Vaticano**: uma análise econômico-financeira. 2015. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) Universidade de São Paulo - Unesp, Araraquara, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/136528/000860080.pdf?sequence=1>. Acesso em 10 mar. 2021.
- DERMINE, J.; BISSADA, Y. F. **Gerenciamento de ativos e passivos**: um guia para criação de valor e controle de riscos. São Paulo: Atlas, 2005.
- DINIZ, N. **Análise das Demonstrações Financeiras**. Rio de Janeiro: Seses, 2015.
- FARIA, J. A.; REGO, A. L. S. Transparência nas entidades religiosas: um estudo de caso sobre a aplicação de fatores que contribuem para a transparência financeira na paróquia Senhor do Bonfim. **Teologia e Ciências da Religião**, Feira de Santana, v. 4, n. 1, p.268-294, dez. 2014. Disponível em: <http://www.unicap.br/ojs/index.php/theo/article/view/457>. Acesso em 10 mar. 2021.
- FONSECA, S. L. **Planejamento financeiro nas empresas comerciais de Caxias do Sul - RS**. 2017. 84 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Contábeis) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2012.
- GROPPELLI, A. A. **Administração Financeira**. São Paulo: Saraiva, 2009.

ISTITUTO PER L'OPERE DI RELIGIONE. **Annual Report 2012**. 2012. (On-line). Disponível em: http://www.ior.va/content/dam/ior/documenti/rapporto-annuale/IOR_RapportoAnnuale_2012.pdf#pdfjs.action=download. Acesso em: 05 set. 2020.

JAFFE, J. *et al.* **Administração Financeira**. São Paulo: Amgh, 2015.

KNECHTEL, M. R. **Metodologia da pesquisa em educação**: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Intersaberes, 2014.

LEMES JÚNIOR, A. B. L.; RIGO, C. M.; CHEROBIM, A. P. M. S. **Administração Financeira**: princípios, fundamentos e práticas brasileiras. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MATARAZZO, D. **Análise Financeira de Balanço**. São Paulo: Atlas, 2010.

MELLO, P. C. Internacionalização do sistema bancário. In: FARO, C. (org.). **Administração bancária**: uma visão aplicada. Rio de Janeiro: FVG, 2014.

MORAIS, S. **Administração financeira**: princípios, fundamentos e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MORAES, R. C.; OLIVEIRA, W. A importância da gestão financeira nas empresas. **Revista científica do Centro Universitário de Araras Dr Edmundo Ulson**, v.11, n.2, p.97-103, 2011. Disponível em: <http://pt.static.zdn.net/files/d96/9529dd73a6fcf6e7a592494f3c8d947d.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2020.

NASCIMENTO, F. P. Classificação da Pesquisa. Natureza, método ou abordagem metodológica, objetivos e procedimentos. In: NASCIMENTO, F. P. **Metodologia da Pesquisa Científica**: teoria e prática - Como elaborar TCC. Brasília: Thesaurus, 2016.

OLDONI, C. L. **Administração Financeira**: ferramentas de registro, controle e análise. 2014. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2014.

OLIVEIRA, G. R. *et al.* **Determinantes da Estrutura de Capital das Empresas Brasileiras**: uma abordagem em regressão quantílica. Brasília, DF: BCB, 2012. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/TD272.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

PEREIRA, F. I. **A lógica orçamentária no habitat das paróquias católicas de Fortaleza: um estudo exploratório**. 2021. Projeto de Pesquisa (Bacharelado em Administração) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de Administração, no prelo, 2021.

RESTI, A.; SIRONI, A. **Gestão do risco na atividade bancária e geração de valor para o acionista**. São Paulo: Serasa, 2010.

SANTOS, R. R.. **A análise de demonstrativos financeiros**: uma ferramenta para tomada de decisão nas micro e pequenas empresas. 2016. (On-line). Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/a-analise-de-demonstrativos-financeiros-uma-ferramenta-para-tomada-de-decisao-nas-micro-e-pequenas-empresas>.

Acesso em: 08 jul. 2020.

SILVA, E. B. **A Contabilidade como Instrumento de Gestão e Controle em uma Organização Religiosa do Terceiro Setor**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Controladoria) - Programa de Pós-Graduação, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Contabilidade, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

VATICANO. **Istituto per le Opere di Religione**. 2020 (On-line). Disponível em: <http://www.ior.va/content/ior/en.html>. Acesso em: 07 jul. 2020.

VATICANO. **Annual Report 2013**. 2013 (On-line). Disponível em: http://www.ior.va/content/dam/ior/documenti/rapporto-annuale/IOR_RapportoAnnuale_I_2013.pdf#pdfjs.action=download. Acesso em: 05 set.2020.

VATICANO. **Annual Report 2014**. 2014 (On-line). Disponível em: http://www.ior.va/content/dam/ior/documenti/rapporto-annuale/IOR_RapportoAnnuale_IT_2014.pdf#pdfjs.action=download. Acesso em: 05 set.2020.

VATICANO. **Annual Report 2015**. 2015 (On-line). Disponível em: http://www.ior.va/content/dam/ior/documente/rapporto-annuale/Bil_IOR_Annual%20Report_ITA_Sito.pdf#pdfjs.action=download. Acesso em: 05 set. 2020.

VATICANO. **Annual Report 2016**. 2016 (On-line). Disponível em: <http://www.ior.va/content/dam/ior/documenti/rapporto-annuale/IOR-Rapporto%20Annuale%202016.pdf#pdfjs.action=download>. Acesso em 05 set.2020.

VATICANO. **Annual Report 2017**. 2017 (On-line). Disponível em: <http://www.ior.va/content/dam/ior/documenti/rapporto-annuale/rapporto%20annuale%202017.pdf#pdfjs.action=download>. Acesso em 05 set.2020.

VATICANO. **Annual Report 2018**. 2018 (On-line). Disponível em: http://www.ior.va/content/dam/ior/documenti/rapporto-annuale/Rapporto%20Annuale_2018.pdf#pdfjs.action=download. Acesso em: 05 set.2020.

VATICANO. **Annual Report 2019**. 2019 (On-line). Disponível em: http://www.ior.va/content/dam/ior/documenti/rapporto-annuale/RAPPORTO-ANNUALE_2019_ITA_FINALE_mini.pdf#pdfjs.action=download. Acesso em: 05 set.2020.

VATICANO. **Estatuto do IOR 2019**. 2019 (On-line). Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/it/letters/2019/documents/papa-francesco_20190808_chirografo-statuti-ior.html. Acesso em: 10 set.2020.